

CARLOS NELSON COUTINHO

DE ROUSSEAU A GRAMSCI
ensaios de teoria política

BOITÊMPO
EDITORIAL

Sobre *De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política*

Ruy Braga

Um dos mais destacados intérpretes marxistas do Brasil, Carlos Nelson Coutinho consagrou-se por traduzir e difundir o pensamento de György Lukács e Antonio Gramsci no país. Apropriando-se criativamente do instrumental analítico do genial sardo, especialmente os conceitos de hegemonia e revolução passiva, Carlos Nelson lançou novas luzes sobre a formação do capitalismo monopolista e a consolidação da vida estatal em condições sociais semiperiféricas. Por meio de seus livros e ensaios, a perspectiva gramsciana do Brasil adquiriu abrangência, refutou a sonolenta vulgata stalinista e transformou-se em uma referência incontornável para todos aqueles que desejam compreender reflexivamente e transformar radicalmente a sociedade brasileira.

De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política aprofunda o compromisso dialético entre reflexão e ação que caracteriza a obra de Carlos Nelson. Conforme esse compromisso, a democracia não deve ser interpretada como um simples jogo competitivo cujo objetivo consiste em selecionar os mais aptos a exercer o poder político – um sistema apreendido em sua quietude, ao estilo da “ciência política” estadunidense. Ao contrário, inquieta por definição, a democracia exige se manifestar por meio da igualdade substantiva, ou seja, como um conteúdo material, anunciado pela voz dos subalternos, mas, por isso mesmo, embrionária e inconclusa. Eis a natureza radical e transformadora da democracia, pensada em seus dilemas e potencialidades. Daí a atualidade da teoria política marxista reivindicada por Carlos Nelson, que nunca se afasta do ponto de vista da totalidade a fim de esmiuçar as antinomias do tempo presente.

O maior elogio que eu poderia fazer a este livro é que ele nos obriga a refletir sobre a baixa intensidade do atual regime democrático brasileiro. Para tanto, Carlos Nelson resgata um argumento quase que totalmente asfixiado pelo peso da “hegemonia da pequena política” que açambarcou o país nos últimos anos. Aquele de que toda a vida estatal é transitória e, portanto, merece fenecer. Assim, convocamos para uma tarefa a um só tempo teórica e política: perscrutar os limites da ordem presente. Nessa empreitada, Carlos Nelson encontra-se em excelente companhia: Rousseau, Hegel, Gramsci e Lukács, para ser mais preciso. Difícil reunir um conjunto melhor de aliados. Difícil imaginar tarefa mais urgente.

Copyright © Boitempo Editorial, 2011
Copyright © Carlos Nelson Coutinho, 2011

Coordenação editorial

Ivana Jinkings

Editora-adjunta

Bibiana Leme

Assistência editorial

Caio Ribeiro e Livia Campos

Preparação

Mariana Echalar

Diagramação

Bianca Mimiza

Capa

Antonio Kehl e Ivana Jinkings

sobre "Ancient Sound, Abstract on Black", óleo de Paul Klee, 1925

Produção

Ana Lotufo Valverde

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

C895r

Coutinho, Carlos Nelson, 1943-

De Rousseau a Gramsci : ensaios de teoria política / Carlos Nelson
Coutinho. - São Paulo : Boitempo, 2011.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7559-183-3

1. Rousseau, Jean-Jacques, 1712-1778. 2. Gramsci, Antonio, 1891-
1937. 3. Ciência política. I. Título.

11-6617.

CDD: 320

CDU: 32

04.10.11 11.10.11

030347

É vedada, nos termos da lei, a reprodução de qualquer
parte deste livro sem a expressa autorização da editora.

Este livro atende às normas do acordo ortográfico em vigor desde janeiro de 2009.

1ª edição: novembro de 2011

BOITEMPO EDITORIAL
Jinkings Editores Associados Ltda.
Rua Pereira Leite, 373
05442-000 São Paulo SP
Tel./fax: (11) 3875-7250 / 3872-6869
editor@boitempoeditorial.com.br
www.boitempoeditorial.com.br

Para Leandro Konder,
por meio século de amizade

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
I. CONTRIBUIÇÕES À HISTÓRIA DA TEORIA POLÍTICA	
1. CRÍTICA E UTOPIA EM ROUSSEAU	15
2. HEGEL E A DIMENSÃO OBJETIVA DA VONTADE GERAL.....	41
3. O LUGAR DO <i>MANIFESTO</i> NA EVOLUÇÃO DA TEORIA POLÍTICA MARXISTA	57
II. ENSAIOS SOBRE GRAMSCI	
4. SOBRE OS <i>CADERNOS DO CÁRCERE</i> E SUAS EDIÇÕES	79
5. O CONCEITO DE POLÍTICA NOS <i>CADERNOS DO CÁRCERE</i>	107
6. VERBETES PARA UM DICIONÁRIO GRAMSCIANO.....	121
7. OS CONCEITOS POLÍTICOS DE GRAMSCI SEGUNDO VALENTINO GERRATANA.....	139
8. LUKÁCS E GRAMSCI: APONTAMENTOS PRELIMINARES PARA UMA ANÁLISE COMPARATIVA	149
ORIGEM DOS TEXTOS.....	169
BIBLIOGRAFIA.....	171
ÍNDICE ONOMÁSTICO.....	177

NOTA DA EDIÇÃO ELETRÔNICA

Para aprimorar a experiência da leitura digital, optamos por extrair desta versão eletrônica as páginas em branco que intercalavam os capítulos, índices etc. na versão impressa do livro. Por esse motivo, é possível que o leitor perceba saltos na numeração das páginas. O conteúdo original do livro se mantém integralmente reproduzido.

PREFÁCIO

Como seu subtítulo indica, esta coletânea reúne ensaios que pretendem tratar de temas de *teoria* política. Ao contrário do que supõe uma concepção hoje corriqueira, há uma diferença essencial entre a *teoria* política e a chamada “*ciência* política”. A teoria política – uma disciplina filosófica – não se submete à estreita divisão acadêmica do pensamento social hoje dominante, que faz distinção entre “ciência política”, “sociologia”, “antropologia”, “economia”, “história” etc. Contrapondo-se a essa empobrecedora departamentalização do saber, a teoria política não hesita em ligar a esfera da política à totalidade social; aliás, parte da convicção de que só nessa articulação dialética com a totalidade é que os fenômenos políticos (que certamente têm sua especificidade) podem ser devidamente elevados a conceitos. A teoria política considera parte ineliminável do seu domínio teórico também os temas hoje considerados “sociológicos”, “econômicos”, “antropológicos”, “históricos” etc.

De resto, esse modo de abordar os fenômenos políticos não tem nenhum compromisso com a chamada “neutralidade axiológica”, ou seja, com a recusa supostamente científica da formulação de juízos de valor. Para quem pretende compreender os fenômenos políticos no quadro da totalidade social, torna-se inescapável a necessidade de articular o ser com o dever ser, ou seja, os fatos empíricos com as possibilidades concretas que estão sempre presentes em qualquer realidade social, por mais aparentemente coisificada que ela se apresente à primeira vista. Como toda manifestação do ser social, também a práxis política resulta de uma articulação entre causalidade e teleologia, entre determinismo e liberdade, entre ser e dever ser. Portanto, a teoria política não tem a pretensão durkheimiana de tratar os fenômenos políticos como “coisas” semelhantes aos objetos naturais; ao contrário, pretende compreendê-los como processos dinâmicos determinados pela práxis, situados no devir histórico e que, por isso, têm sua gênese no passado e apontam para o futuro.

Gramsci, em suas reflexões de *teoria* política, fez uma importante distinção entre “grande política” (alta política) e “pequena política” (política do dia a dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas). Essa distinção, segundo ele, baseia-se no fato de que

a grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política.¹

Poderíamos dizer que, enquanto a teoria política se ocupa da “grande política”, a “ciência política” tem como objeto questões de “pequena política”. Algumas das análises dessa “ciência” (por exemplo, sobre sistemas eleitorais e regimes de governo, sobre a distribuição dos votos, sobre conjunturas imediatas etc. etc.) podem em muitos casos ter interesse empírico e fornecer assim subsídios para a *teoria* política, mas não vão além da esfera da “pequena política”.

Não é difícil constatar que os autores tratados neste livro (Rousseau, Hegel, Marx, Gramsci) são *teóricos* da política e não *cientistas* políticos. Nesse sentido, eles fazem parte de uma tradição que começa em Platão e chega até Hannah Arendt e John Rawls, passando por Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu e tantos outros. Nenhum desses autores se sentiria à vontade se tivesse de responder, num currículo solicitado hoje por uma agência financiadora, a que campo das chamadas “ciências sociais” pertenceriam. Platão era filósofo ou cientista político? Montesquieu era sociólogo ou historiador? Rousseau era pedagogo ou linguista? Marx era economista ou crítico literário? A simples formulação de tais questões revela quanto a atual divisão departamental do saber acadêmico é incapaz de dar conta da atividade dos grandes pensadores e, portanto, também dos grandes teóricos da política.

Isso significa que a teoria política, assim como a filosofia em geral, tem uma relação orgânica com a ideologia. Gramsci define a ideologia como “unidade de fé entre uma concepção do mundo e uma norma de conduta adequada a ela”, ou seja, como uma representação do ser que está na base da proposta de um dever ser. Uma relação com a ética, com juízos de valor, é assim momento ineliminável da teoria política. Marx formulou isso com precisão ao dizer que não basta entender o mundo, trata-se também de transformá-lo.

Contudo, essa relação entre teoria política e ideologia seria mal compreendida se tomássemos “ideologia” apenas no sentido de “falsa consciência”, “ilusão”

¹ A. Gramsci, *Cadernos do cárcere* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999-2002), 6 v., v. 3, p. 21.

ou, o que é pior, “engano” deliberado. Existe também – e é bastante difundida – essa acepção e essa forma de ideologia, que Gramsci chamou de “pejorativa”. É precisamente ela que determina o caráter ideológico de grande parte da produção da “ciência política”, que é “ideologia” no sentido de ser “falsa consciência”, ou seja, de confundir a aparência com a essência, o particular com o universal etc. Ao contrário, na definição de Gramsci, independentemente de ser verdadeira ou não do ponto de vista epistemológico, uma teoria se torna ideologia quando se “apodera das massas”, quando se torna estímulo para uma ação efetiva no mundo real. É nesse sentido que a teoria política se articula com a ideologia: os grandes teóricos da política não se limitam a interpretar o mundo, mas todos eles formulam – de maneira implícita ou explícita – uma proposta de conservá-lo ou de transformá-lo. A depender do ponto de vista de classe que adotam e do contexto histórico em que atua essa classe, suas formulações teóricas podem se aproximar mais ou menos de uma reprodução fiel do ser social. Em todos eles, porém, essa reprodução está ligada a uma proposta de intervir na realidade.

Mas não é só a unidade metodológica assegurada pelo ponto de vista totalizante da teoria política, adotado em todos os ensaios que formam esta coletânea, que justifica a sua publicação conjunta. Ainda que esse fio vermelho não seja explícito, os vários ensaios aqui reunidos estão ligados também pela preocupação de oferecer um conceito substantivo de democracia que vá além das atuais teorias minimalistas segundo as quais a democracia é apenas uma mera regra do jogo, reduzindo-se à possibilidade de escolha entre diferentes elites através de eleições competitivas e periódicas. Como tento mostrar no ensaio sobre Rousseau que abre esta coletânea, democracia implica uma igualdade efetiva, substantiva, entre os membros de uma comunidade fundada na vontade geral. Não é casual, assim, que esse conceito de “vontade geral” (ou “universal”, ou “coletiva”) apareça ao longo da coletânea, nos ensaios sobre Rousseau, Hegel, Marx e Gramsci. Como o leitor atento perceberá, a definição correta da noção de vontade geral me parece indispensável para que seja fundado efetivamente um conceito universal e substantivo, e não apenas procedimental e minimalista, de democracia.

Só me resta esperar que o leitor concorde comigo que esta coletânea pode contribuir, ainda que modestamente, para o debate sobre os temas abordados.

C. N. C.

Rio de Janeiro, março de 2011